

HISTÓRIA LOCAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: a experiência da Faculdade de Formação de Professores¹

Haydée da Graça Ferreira de Figueiredo

Agradeço aos organizadores da VII Semana de História da Faculdade de Formação de Professores pelo convite que me oportuniza refletir sobre Educação e Ensino da História Local, nesta mesa redonda.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que a temática abre inúmeras possibilidades para a sua abordagem. Dentre elas a proposta instigou-me a pensá-la a partir da experiência com a qual venho mantendo no contato com a equipe do Laboratório de Pesquisa Histórica da Faculdade de Formação de Professores, organização institucional que me tem dado suporte para pensar o campo da pesquisa e do ensino da História Local de São Gonçalo.

Acompanhando o trabalho da equipe do Laboratório desde sua criação, em 1996, observo que nas suas propostas a relação do binômio ensino/pesquisa concretiza-se de modo complementar. Ou seja, elas se retroalimentam na busca de novos produtos para pensar a História Local de São Gonçalo seja na Universidade seja na escola básica. Na Universidade são estimuladas a feitura de monografias junto aos estudantes do curso de História e, neste sentido o Guia de Fontes para a História de São Gonçalo exemplifica um primeiro movimento nessa direção, oferecendo pistas para trabalhos com as fontes escritas, algumas inéditas, guardadas nos diferentes lugares de memória visitados e constantes no referido instrumento de busca.

No que se refere à escola básica está sempre presente na equipe, a destinação de seus produtos aos professores do ensino fundamental. Marcando essa perspectiva temos acompanhado o esforço do Professor Luís Reznik na dinamização do curso de extensão, editado pela primeira vez em 2000, relendo a historiografia disponível sobre São Gonçalo, bem como o apoio incondicional desse professor e da Professora Márcia de Almeida Gonçalves e dispensados a duas outras versões da História Local: o trabalho com a iconografia gonçalense que lançou a Exposição Imagens de São Gonçalo: fotografia e História no ano de 2000, bem como o trabalho com História Oral iniciado no corrente ano, e que pretende contar histórias da cidade através de depoimentos.

Temos a convicção de que produzindo conhecimento sobre a cidade e socializando-os imediatamente, estamos contribuindo para refazer práticas e representações sobre Educação e Ensino da História Local entre os professores que atuam nas diferentes escolas do município.

Recortando a temática encomendada para o evento a partir de uma escolha ancorada na vivência com a equipe do Laboratório proponho discutir História Local e Educação Patrimonial

¹ Trabalho apresentado na VII Semana de História da UERJ-FFP, realizada em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 2001.

em uma cidade abriga num primeiro momento numa concepção de história local e da produção do seu ensino-apredizagem.

Seja no Guia de Fontes para a História de São Gonçalo, seja no curso de extensão, seja na Exposição: Imagens de São Gonçalo ou na coleta de depoimentos orais de cidadãos gonçalenses a concepção de História que se encontra presente é a de que a História Local é uma operação intelectual que valoriza um recorte temático eleito pelo historiador que assim o faz a partir de uma escala de observação igualmente construída por ele. O que conta escala de observação não é significa apresentar de modo ampliado ou reduzido um determinado local, mas uma escolha por olhar a sua paisagem social cuja chave de criação e de leitura se volta para apresentar em sua forma as representações e apropriações cognitivas do espaço em estudo.

Neste sentido, o local visto como circunscrição de espaços sociais de menores proporções se comparados a delimitações mais abrangentes como o nacional, não é concebido pela mera oposição a este. O que existe entre ambos é uma relação discernível a partir de escalas de observação e recortes temáticos que informam o olhar do historiador configurando o que vem a ser convencionalizado como local.

Consideramos portanto, um equívoco, compreender que a eleição de um local e sua análise histórica implique numa simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local, alçado como categoria central de análise, pode vir a construir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa perspectiva, cada detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos. (Figueiredo, Reznik, Gonçalves, 2000, p. 545-6) Ou seja, os processos históricos que se passam num determinado espaço escolhido pelo historiador não de ser analisado em sua complexidade e posicionados numa rede de relações que variam do mais local ao mais global.

Entendemos, contudo, que tal concepção favorece apenas a um outra versão na produção do conhecimento sobre a história local. Tal perspectiva instiga-nos a ver São Gonçalo não como uma cidade meramente periférica ao Rio de Janeiro ou a Niterói como outros hierarquicamente mais importantes no plano político, comercial, administrativo ou, ao contrário, de modo ufanista, como um local fundador de episódios.

Reconhecemos São Gonçalo como uma área considerável da baixada da Baía de Guanabara que mantém, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais, juntamente com as cidades que a compõem, ainda que apresente suas peculiaridades. Buscamos em nossas pesquisas representações e apropriações que revelem permanências e mudanças físicas,

sociais, identitárias a partir de um olhar do seu interior, no sentido de comprar diferentes significados do hoje com o ontem, em interação, na vida dos que no local habitam.

Tal concepção, brevemente, exposta tem produzido efeitos de conhecimento que de alguma forma pode rebater no ensino de história local. Um desses efeitos, já dissemos, trata-se da compreensão de que produzimos uma versão de história local que embora se aproprie da versão oficial não se confunde com esta. Reconhecemos o seu lugar, mas nos damos o direito de outra perspectiva. Tal postura possibilita problematizar a versão oficial e o ensino que segue a mesma trilha acriticamente.

Consideramos que ao analisarmos os processos históricos experimentados pelas sociedades gonçalense colocando no mesmo campo e atribuindo igual importância aos diferentes sujeitos em interação na produção do passado, deslocamos hierarquias socialmente construídas que dão uma tonalidade valorativa apenas aos heróis, reduzindo os espaços para que o anonimato de tantos outros sujeitos e das suas diferentes experiências particulares vividas mobilizam também a lupa do historiador.

O que pode esse efeito de conhecimento fazer repercutir no ensino de história local, além de relativizar as verdades consagradas pelas versões oficiais? Além da emoção – misto de surpresa – visto no brilho dos olhos daqueles que descobrem algo numa história que ainda não lhes fora contada, pressupomos que muitos estudantes ao deixarem de ser expectadores de uma história que não os inclui, passe a valorizar e a buscar outros conhecimentos a partir das curiosidades e indagações provocadas pelo confronto das versões. Deste modo estaremos cumprindo um dos nossos objetivos enquanto professores-pesquisadores.

Porém, ainda vislumbramos outros efeitos. Um deles se refere à problemática da cronologia e o outro mais complicado se relaciona ao enfrentamento com os localismos. Quanto à problemática da cronologia o que propomos é um enfoque que desobstrua a lógica de organização do ensino de história local construída através do eixo evolutivo/involutivo. Lógica que pôs o clímax do São Gonçalo de ontem num passado de glórias, primeiro de vocação agrícola e depois do industrialismo, sendo o hoje, o espaço da decadência de uma cidade inteira.

Sem abandonar a temporalidade enquanto uma categoria de construção do conhecimento histórico e escolar nossa perspectiva reconhece que o recorte temático não inviabiliza a dimensão cronológica do passado, vinculado à noção de sucessão no tempo, mas é o lugar de uma alteridade. E, nesse lugar o sentido da pesquisa é escavar para descobrir camadas reveladoras de circunstâncias singulares, possibilitadoras de identidades que se reelaboram em diferentes momentos. (Figueiredo, Reznik, Gonçalves, 2000, p. 552-3) Na relação com o ensino tal efeito de conhecimento pode provocar reações de diferentes tipos, mas, sobretudo, e mais importante, é que a história local não está dada, tornando-se possível a sua reelaboração.

A segunda questão se relaciona com a problemática de enfrentamento com os localismos. A vulgata localista vê o espaço enquanto uma socialidade primária ideal, ligada aos grupos menores e mais tradicionais, mesmo quando despojada de qualquer idealização. Ela possui aliados fortes seja nas representações ou práticas sociais que se naturalizam no cotidiano. Isso impede que se torne a dimensão histórica da existência, considerando o outro. Através dela criamos a ilusão de que um ambiente é sempre estável e que a satisfação dos interesses coletivos não se passa por diferentes intermediários. Precisamos inventar estratégias que de algum modo se relacionem com a descoberta das identidades locais, da satisfação de interesses por busca das raízes mas de modo a enfatizar o local enquanto um espaço plural e móvel, subvertendo a lógica dos localismos. Alimentar a curiosidade dos estudantes que se sentem atraídos por novos objetivos, novos problemas e novas abordagens da História pode ser uma dessas estratégias.

Nesse aspecto tivemos oportunidade em 2000 de ensaiar um caminho no qual permanecemos em 2001. E que de certo modo é uma estratégia que procuramos valorizar a pesquisa histórica, particularmente da História Local de São Gonçalo se voltou também para o ensino e para a educação patrimonial.

Ou seja, em 2000 decidimos concretizar uma Exposição por nós nomeada de Imagens de São Gonçalo: fotografia e história que permaneceu na faculdade de Formação de Professores por dois meses a partir de novembro. Organizada de acordo com um mapa conceitual que contemplava sete módulos temáticos concentrados nos eixos: “Festas e Comemorações”, “Ruas e Bairros”, “Educação”, “Trabalhadores”, “Política”, “Ícones” e “Panorâmica”, os 23 ploters, contendo cerca de 90 fotografias ficou disponível ao público sensibilizando aos que os observaram.

As cenas flagradas por lentes de diversos fotógrafos que por São Gonçalo passaram, mobilizaram os visitantes da Exposição despertando comentários. Ver a cidade, em épocas distintas do século XX, através das fotografias, despertou lembranças de tempos idos que se modificaram pela ação dos homens e mulheres, provocou emoções em “jovens” e “veteranos” moradores do terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. A experiência indicou-nos que a itinerância da mesma por outros espaços culturais da cidade poderia estabelecer um canal de diálogo entre a Universidade e a população local.

Assim, em 2001, passamos pelo Centro Cultural Joaquim de Almeida Lavoura e mais cinco escolas – pólo da rede municipal de ensino: E. M. Mário de Andrade, C. M. Ernani Farias, E. M. Carlos Drumond de Andrade, E. M. Aurelina Dias e E. M. Irene Barbosa Ornelas.

Com a itinerância assumimos um desafio: a tentativa de traduzir para os alunos das mais variadas séries das escolas municipais a proposta de exposição. Para isso foi necessário proporcional dos professores e profissionais das escolas, instrumentos de trabalho, que possibilitassem a exploração do manancial de vestígios que são as fotografias de outros tempos. Na

realidade esse desafio implica em responder às seguintes questões: Como sistematizar, em um trabalho pedagógico, as leituras das fotografias, de modo a ultrapassar a curiosidade e o encantamento derivado do primeiro olhar? Como construir metodologias relacionadas aos objetivos do processo de ensino – aprendizagem em história? (Reznik, Gonçalves, 2001, p. 3)

No que se refere a esta última questão, entendemos que tal metodologia precisa enfatizar as categorias de produção do conhecimento histórico, tais como: temporalidade, especialidade, memória e identidade. Procurando aprofundar o assunto, os professores Luís Reznik e Márcia de Almeida Gonçalves elaboraram um trabalho sob o título História e Fotografia: uma pedagogia do olhar, que foi apresentado no V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, recentemente ocorrido na Paraíba.

Sem pretender esgotar o assunto, até porque a Professora Márcia faz parte da mesa, o que queremos aprofundar aqui é que tais categorias conhecidas pelos historiadores de ofício e amplamente utilizadas na crítica documental, nem sempre são motivos de reflexão pelos docentes de outras áreas, fato que dá maior complexidade à primeira questão: ou seja, Como sistematizar, em um trabalho pedagógico, as leituras das fotografias, de modo a ultrapassar a curiosidade e o encantamento derivado do primeiro olhar?

O ponto de partida para pensar tal questão é reconhecer que na curiosidade e no encantamento do primeiro as mensagens fotográficas e é a partir destes elementos que podemos iniciar um processo de refinamento do olhar para registros, bem como encetar um movimento de educação patrimonial.

Ora, se compreendermos que o patrimônio é tudo, com exceção de um “dado” que bastaria reconhecer, se considerarmos que ele é o resultado de uma produção científica, quando procede do trabalho dos peritos, dos colecionadores, dos historiadores e outros, e, que se torna política, quando resulta de uma vontade de construção que exprime o interesse de um grupo (Bourdiu, 2001, p. 119), um dos trabalhos que pode ser feito com a leitura das fotografias é buscar as diferentes representações que elas produziram/zem num certo circuito social em que foi inserida.

Neste sentido, mais do que reconhecer um local retratado torna-se significativo problematizar as mensagens veiculadas na/pela foto, às vezes complementadas pelas legendas. A idéia de que o que está impresso na fotografia é a realidade pura e simples, pode ser um belo motivo de conversa entre os consumidores da imagem exposta, sendo necessário acionar conhecimentos não só da arte e da técnica de fotografar como de outras ordens que variam desde a comparação entre a imagem fotográfica e o objeto concreto, à denúncia dos efeitos ideológicos produzidos pela imagem fotográfica, à busca das convenções socialmente aceitas como válidas no momento em que o fotógrafo clica a sua câmera, até uma outra postura que aponta que o significado da mensagem fotográfica é convencionalizado culturalmente.

Vejamos um primeiro exemplo: a foto nº 1 veiculada na série “Festas e Comemorações” da Exposição Imagens de São Gonçalo: fotografia e História circulou também na edição do dia 03/06/01 como capa do Caderno Grande Niterói do jornal O Dia e no GT “Linguagens Alternativas do Ensino de História no V Encontro Nacional de Pesquisadores da área. Que leituras já se tem sobre ela?

Começemos pela leitura realizada pelo Professor Rui Aniceto Nascimento bolsista PROATEC do Laboratório:

Oito de dezembro de 1958. Fim do ano escolar, momento importante para muitos estudantes jovens, adolescentes ou crianças. Para alguns é o fim de uma face – a escolar – e o início de outra – a de encarar o mercado de trabalho. Para outros é o término do seu primeiro ano escolar ou de mais um ano letivo na seqüência de outros que viriam.

Para um conjunto de alunos do Grupo Escolar Luiz Palmier a data não significou apenas o findar de mais um ano letivo ou, quem sabe, de seu primeiro ano escolar. Para mais de cem crianças, representou a sua participação em uma cerimônia que lhes proporcionaria – e aos adultos seus responsáveis – a reafirmação de laços sociais e religiosos. A Igreja Matriz de São Gonçalo estava cheia. Pais e seus convidados, professores e funcionários do Grupo Escolar presentes. Iniciou-se a celebração eucarística, Leituras bíblicas e a pregação do pároco. O sacerdote promovera os ritos eucarísticos. Os alunos receberam a sua primeira comunhão provavelmente das mãos do Monsenhor Godofredo Barenco Coelho, pároco da matriz à época.

O fotógrafo Ribamar buscou perenizar este significativo momento pedindo que as crianças posassem para uma foto diante do templo. Tumulto. Crianças falando, correndo, rindo. Os responsáveis separaram-se de seus filhos para que eles formassem a fila. O fotógrafo, orientando a organização, pediu a formação de um triângulo para enquadrá-los. Os adultos ladeiam as crianças. Alguns “anjinhos” de mãos postas como que a rezar. Um outro abaixa a cabeça. Uma menina vira o rosto como que para comentar algo com seu colega ao lado. A maior parte das crianças olhando para a câmera. Os adultos também fixam-se no fotógrafo, um ou outro dispersa-se olhando para o lado no exato momento em que o flash é disparado. A fotografia foi feita.

Em um primeiro instante pode-se encarar a fotografia como o registro fiel daquele momento. Mas o que foi fixado foi a primeira comunhão na realidade? (Figueiredo, 2000, p. 6)

Vejamos agora uma outra possibilidade de leitura da mesma fotografia:

O ritual da Primeira Comunhão pertence ao universo de grande parte dos alunos da região – a população gonçalense, como a brasileira, compõe-se majoritariamente de católicos. A imagem, assim sendo, pode parecer muito comum, muito atual àquele grupo. O “ontem” se emaranha com o “hoje”, com o “atual”, através das permanências de símbolos, rituais e significados. Dessa forma, à pergunta sobre quando aquela Primeira Comunhão teria sido realizada,

as respostas são, a priori, insondáveis. Pelo caráter de acontecimento, levando-se em conta o vestuário, a forma do grupamento, enfim, o ritual em si, muitos podem entendê-lo como “atual”, característico do tempo presente.

Semelhante apreensão pode ser verificada quanto às fotografias de Carnaval nos anos 1950, ou às das Festas da Primavera da década de 1960, ou aos desfiles cívicos. São eventos que se repetem até os dias atuais. Constituem-se festas cíclicas, cuja temporalidade é variável. O carnaval, a festa da primavera e os desfiles cívicos são marcados pelo calendário anual. Todos vivemos esses acontecimentos repetidamente. Já a Primeira Comunhão possibilita uma percepção ambígua em relação ao tempo. É um acontecimento único, do ponto de vista individual, considerando-se toda a preparação da criança, entre as lições do catecismo e a solenidade, constituindo-se, no mais das vezes, num marco simbólico periodizador de suas vidas. Entretanto, do ponto de vista da comunidade ali envolvida, o ritual atualiza a integração de novos elementos e a perpetuação do grupo: desse ponto de vista, a Primeira Comunhão é uma festa cíclica, repetitiva.

O “eterno retorno” não é, necessariamente, uma percepção de permanências. Os sentidos que se imprimem às festas se atualizam, assim como seus formatos. Logo, é válido inserir, junto aos alunos, uma abordagem sobre as diferenças de como os nossos pais e avós brincavam o carnaval ou realizavam suas primeiras comunhões. Mesmo na aparente repetição dos rituais e das festas, existe uma especificidade que remete às marcas de outro tempo, de outras experiências, marcas daquelas pequenas diferenças presentes no vestuário, na postura, nos cortes de cabelo, numa composição de signos que afirmam o caráter ímpar e também complementar entre festas de hoje e de ontem.

Temos assim, contextos diferenciados informando a leitura da foto nº 1. Os professores Luís Reznik e Márcia Gonçalves analisam a fotografia convidando os leitores a produzirem suas narrativas sobre festas e comemorações da cidade, orientadas pela categoria do tempo. A primeira leitura, realizada pelo professor Rui Aniceto, tornou-se o ponto de partida para a construção de uma narrativa que focaliza aspectos da história gonçalense procurando valorizar o lugar do fotógrafo na construção da cena. Mas o que aproxima essas leituras? Entendemos através das mesmas, as várias possibilidades de explorar significados que se constroem sobre representações imagéticas na cultura acadêmica.

Assim sendo de uma recordação possivelmente particular, a foto nº 1 alcançou um circuito social inimaginável no dia em que foi produzida, mas presumível quando ficou sob a guarda de um lugar de memória da cidade o acervo do MEMOR. Hoje, monumentalizada, a Primeira Comunhão de alunos do Grupo Escolar Luiz Palmier realizada na Matriz de São Gonçalo em 08/12/1958 flagrada pelo fotógrafo Ribamar passou por um circuito social diferente de tantas outras que porventura tenham sido produzidas na época. Esse registro terá hoje o mesmo

significado que teve para os retratados em 1958? A foto preservada no Acervo do MEMOR e lida conforme o fizemos, anteriormente, marca uma prática de rituais católicos promovidos pela Igreja Matriz de São Gonçalo numa aliança com escola pública e familiares da cidade em um momento de intenso debate nacional quando se opunham posições diferenciadas em torno do ensino religioso nas escolas públicas do país. Ela publiciza uma posição assumida em São Gonçalo, testemunhando a aliança Igreja Matriz / Grupo Escolar Luiz Palmier. Criou um efeito simbólico de que tais rituais de passagem não fossem, na época, uma escolha apenas das famílias. Com isto, dizemos, que se construíram novos significados com o registro fotográfico, geramos um patrimônio. Preservá-la é o nosso desafio. Assim, nos perguntamos: Quantos registros fotográficos estão para serem descobertos nas coleções particulares e públicas da cidade de São Gonçalo! Seriam elas parte do nosso patrimônio cultural?

Vejamos agora um segundo exemplo, com a pequena série de fotos n^{os} 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 procurando pensar sobre a naturalização do nosso olhar influenciando na observação de registros fotográficos sobre a cidade. A foto n^o 2 foi monumentalizada, inicialmente, a título de ilustração numa publicação comemorativa do cinquentenário de São Gonçalo, quando o médico e intelectual Luiz Palmier escreveu sobre o município, na década de 30.

A foto n^o 3, em outro ângulo, do mesmo local, foi preservada no acervo do MEMOR e pelo Laboratório de Pesquisa histórica que a publicizou na série “Ruas e Bairros” da Exposição Imagens de São Gonçalo. Ela se encontra também na Galeria de Exposição Permanente do Colégio Municipal Ernani Faria, juntamente com outras que, cotidianamente, fazem lembrar um passado do bairro de Neves. Por motivos diversos chegou a ser cogitada como foto de abertura da Exposição, sendo depois descartada tal possibilidade.

Ao ser observada por uma professora com a qual mantivemos contato mereceu o seguinte comentário: “Mas ainda é do mesmo jeito!”. Assim nos perguntamos essa observadora encanta viu a fotografia?

Novamente contamos com Reznik e Gonçalves (2001):

A História do século XX foi muitas vezes “escrita” pela fotografia. A popularização da mesma e a invenção do cinema sobrecarregaram de símbolos tudo aquilo que nossos olhos puderam perceber. Essa hegemonia do ver, tão distinta da sonoridade narrativa do medievo europeu, impregnou o ato de olhar de uma variedade de tarefas e afazeres, em particular aquelas entrelaçadas aos exercícios da memória. Nesse tom, muitas vezes o visto transmutou-se no vivido, ou em esmaecidos testemunhos dos materiais imagéticos da memória.

Nesse turbilhão, onde cada vez mais a percepção do vivido, das experiências históricas individuais e coletivas se confunde com o que vemos, é que avaliamos e identificamos a

importância de construir uma pedagogia do olhar em diálogo com uma prática inerente ao ofício do historiador, qual seja, a crítica documental.

Com isto queremos significar uma certa diferença do olhar naturalizado para o olhar do historiador, ambos operam com a memória, entretanto, a memória visual para o historiador, para ser restituída, necessita da crítica documental. Isso exige não só sensibilidade exige rigor na observação de detalhes, exige método.

O olhar desarmado ao qual nos referimos anteriormente captou no registro fotográfico vestígios que lhe fizeram lembrar um prédio ainda existente no bairro de Neves. Vejamos agora com a foto nº 4 outros detalhes do objeto focado. Além de um novo ângulo que nos permite visualizar também mais de perto o prédio em seus detalhes externos observamos na composição da cena outros vestígios – o transporte, as pessoas, o trilho que denotam referências a um outro tempo. Há ainda no alto do prédio uma inscrição em francês nomeando o local retratado.

Temos nesse registro fotográfico produzido entre 1920/1930 por autor desconhecido, o prédio da Gare da Estrada de Ferro Marica que foi preservado pelo Laboratório de Pesquisa Histórica com a Coleção Luiz Palmier. Ao observarmos a seqüência de fotos nºs 2, 3 e 4 procurando vestígios de um lugar retratado no passado, perguntando sobre o que permanece no presente, no esforço de pensar a memória encarnada em objetos que sobreviveram no tempo, encontramos detalhes que nos fazem lembrar o que cotidianamente vemos em Neves quando comparado com a foto nº 5 produzida em 06/10/2001, por Robson Motta, fotógrafo amador que com uma máquina digital procurou captar de ângulos semelhantes o local retratado anteriormente. Nos perguntamos:

Teria hoje esse prédio, o mesmo lugar social que nas décadas de 20 e 30 ? Vejamos as fotos nºs 6, 7 e 8. Com o exposto queremos enfatizar que fotografar expressa o nosso desejo de imortalizar momentos, tornando-os sempre presentes na nossa lembrança. Nesse sentido, todo exercício fotografado é um registro para a posteridade. Uma tentativa de negar a morte. (Reznik, Gonçalves, 2001, p. 7-8) A fotografia guarda lembranças e esquecimentos.

O confronto de fotografias do ontem com as de hoje nos permitiram monumentalizar um local no bairro de Neves cujos fotógrafos procuraram enquadrar o que desejavam perenizar de um momento. Nas fotos nºs 2, 3, 4 o fotógrafo guardou como testemunho do seu tempo um local que nas primeiras décadas republicanas tornou-se o símbolo do progresso de Neves enquanto uma região comercial do município de São Gonçalo evitando o seu esquecimento na posteridade.

Mas, não é somente o fotógrafo que seleciona as imagens desejadas. A nossa capacidade de recuperar todas as imagens por nós vivenciadas, registradas ou não, é limitada. Isto é de tempos em tempos, as nossas lembranças são variáveis, e as nossas opiniões ou digressões sobre os episódios de nossa própria vida se fazem distintos. Aprendemos que a memória se exercita seletivamente. Se a memória é seletiva tanto quanto a historiografia o é, se lembranças e

esquecimentos não se excluem, mas se completam nas relações de conhecimento com o vivido individualmente ou coletivamente, as redes de sociabilidades nas quais nos inserimos, como criadores e criaturas, igualmente interferem no jogo inconsciente do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Na assunção do caráter lacunar e seletivo da memória, de seus materiais de registro – os documentos – e do próprio saber historiográfico, visualizamos a possibilidade de uma pedagogia, centrada na premissa de que o lugar de cada um como sujeito do seu existir depende dessa relação intrínseca com a memória, posto que no diálogo com lembranças e esquecimentos constituímos nossos sentidos identitários. (Reznik, Gonçalves, 2001, p. 8 - 9)

As fotos n^{os} 5, 6, 7, 8 foram produzidas com o intuito de fazer lembrar no que se transformou a velha Gare da Estação da Marica pela ação dos homens públicos do Estado do Rio de Janeiro.

Se a aparência física do prédio remeteu a lembranças de objetos patrimoniais da cidade, o olhar apressado provocou um esquecimento sobre o uso social do espaço, que merece ser lembrado. Como se deu essa transformação?

O espaço que inicialmente foi perenizado como Gare da estrada de ferro Marica, na realidade foi uma propriedade da Central do Brasil cuja estação em Neves, na época denominada Barão de Mauá, era um terminal ferroviário do ramal que ligava São Gonçalo ao interior do Estado do Rio passando por localidades como Santa Isabel, Cordeiros, entre outros, seguindo em direção à Marica, município limítrofe com São Gonçalo.

Situada no centro histórico de Neves movimentava não só o trânsito de passageiros como servia de local para trocas comerciais por se localizar também próximo ao porto de Neves. Era um lugar de embarque e desembarque da produção agrícola local e de adjacências, com seus hortigranjeiros e laranja que abastecia os mercados de Niterói e Rio de Janeiro. O gado bovino de corte, outro produto de exportação regional, ali passava em direção aos matadouros da própria cidade de São Gonçalo e da capital do Estado – Niterói. Aquele espaço sócio cultural significava uma mobilidade sobretudo de ordem econômica para a cidade de São Gonçalo colocando o bairro de Neves como um lugar estratégico na região. A estação ferroviária Barão de Mauá se manteve ativa até os anos de 1950, início dos 60, quando o prédio permaneceu sem destinação de uso público.

Com o golpe de 1964 e o período de perseguição política no país o local foi novamente utilizado como lugar que acolheu presos políticos para triagem. Uso social que aterrorizou e não agradou aos moradores do bairro e que pouco puderam fazer diante das circunstâncias. Esses moradores de um bairro comercial, residencial e também operário a medida que abrigava uma série de empresas industriais, sentiram na pele os efeitos da repressão da ditadura

militar em São Gonçalo vendo se transformar um local, antes símbolo do progresso, por algum tempo, com uma utilização provisória, que negava a identidade do bairro. Posteriormente, voltou a ficar fora de uso para fins públicos até que na década de 80 o governo estadual resolveu reaproveitá-lo como delegacia de polícia.

Tal fato mereceu reação por parte dos moradores do bairro que se mobilizaram em torno da Associação de Moradores para resistir a nova destinação de uso do prédio. Luta que não foi silenciada, a medida que ganhou espaço na mídia. Porém, vencida pelo poder arbitrário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro que se negou a considerar as reivindicações populares.

Neves do século já não é mais um dos destacados distritos industriais de São Gonçalo, nem zona portuária ou de comércio forte da cidade, embora mantenha em seu centro histórico pequenas indústrias, um comércio emergencial precário que longe de concorrer com o Carrefour vem sofrendo os efeitos da proximidade deste. Mas no cenário político local os eleitores que aí moram ainda são disputados pelos diversos candidatos ao legislativo e executivo municipal, nas épocas de campanha política. Neves já não oferece mais oportunidades de emprego nos postos de trabalho tradicionalmente existentes exigindo a saída dos jovens que buscam o seu primeiro emprego para outros lugares. Tal como estes os moradores do bairro estão a procura de um novo lugar simbólico para o bairro, lugar este que não passa conforme passa por outros locais da cidade, pela divisão territorial em outras configurações administrativas / políticas.

Visões contraditórias, entre o feio e o idílico, entre a detração e o ufanismo ingênuo, entre o desejo do exílio e a afirmação desesperada do localismo às vezes permeiam algumas das identidades desses jovens e moradores que na maioria das vezes, quando conhecem a história do bairro, tiveram acesso a estas histórias apenas pela tradição oral quando nas conversas mantidas com familiares e vizinhança. Muitas das identidades desses jovens se tornam esmaecidas, asseguradas e vivificadas, em grande parte pelas oportunidades oferecidas pelos poderes públicos instituídos. Neste sentido, nos perguntamos: têm estes poderes públicos, políticas de preservação do patrimônio gonçalense? Como tem sido tratada a memória de São Gonçalo? De que modo nós historiadores, professores de história que trabalhamos e estudamos nesta cidade temos nos comprometidos com a produção das memórias e do patrimônio artístico cultural de São Gonçalo? A história local pode ser um momento para pensar tais questões, por isso apostamos na pesquisa e no ensino desta. Com os exemplos que acabamos de mencionar gostaríamos de enfatizar que uma das linhas possíveis que o ensino de história local, aproveitando a iconografia como alternativa, pode ser concretizada na busca por compreender o lugar da fotografia na história, neste caso importa estabelecer uma relação do registro fotográfico enquanto um testemunho direto ou indireto do passado com a experiência vivida pelos sujeitos que o admiram, bem como e com o conhecimento acumulado que se possa dispor para se ler as mensagens que se elaboram através dos tempos e

lugares nos quais esses registros percorrem e são de algum modo preservados. Esse é o nosso convite: desnaturalizar o olhar para o patrimônio artístico cultural de São Gonçalo.